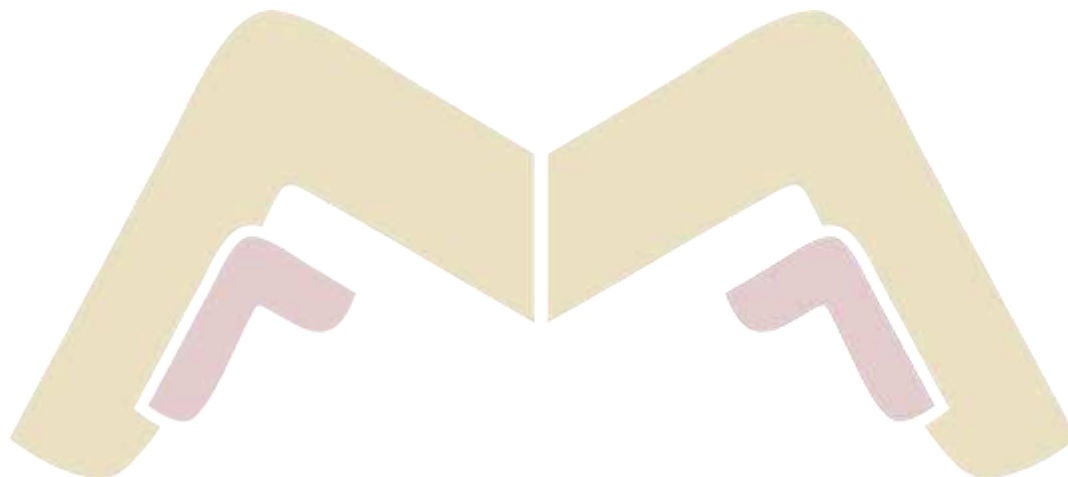


EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA



DAVI PAULO FERREIRA, brasileiro, portador da cédula de identidade nº20076320680, SSP/CE, inscrito no CPF sob o nº606.387.073-31, contato@fabiomonteiroadvocacia.com.br, residente e domiciliado na Rua Vila Sabia , 132, St Sabia, Juazeiro do Norte/CE, CEP: 63.000-000 vem com o sempre e merecido respeito e acatamento, perante este Douto Órgão Julgador, por intermédio de seus judiciais patronos infrafirmados (instrumentos procuratórios em anexo), ajuizar a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, CNPJ 09.248.608/0001-04, estabelecida na Rua Senador Dantas, nº 74, 5ª andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos motivos fáticos e jurídicos abaixo delineados:

PRELIMINARMENTE

REQUER, a **GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, com fundamento na Lei nº 1.060/50 c/c a Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, tendo em vista que não pode custear as despesas processuais, sob pena de comprometer a sua própria sobrevivência e de sua família.

Roga que quaisquer notificações concernentes ao presente sejam exclusivamente realizadas em nome de **FÁBIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS**, inscrito na **OAB-CE sob nº 23.738**, com endereço eletrônico contato@fabiomonteiroadvocacia.com.br, sob pena de nulidade.

01 – DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS

O demandante sofreu acidente de trânsito, em **25/11/2017**.

Fato este que veio a concorrer para sua incapacidade permanente para o trabalho, em consequência das debilidades sofridas no acidente como: **Fratura no cotovelo direito, trauma no quadril, ferimentos no braço direito, limitação com diminuição da força muscular, edema local, escoriações, incapacidade funcional**, fatos estes devidamente comprovados através do teor da cópia do boletim de ocorrência e documentos anexos.

Em **29/03/2018**, o requerente recebeu administrativamente a importância de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, referente à indenização por invalidez decorrente do seguro obrigatório – DPVAT.

Ressalte-se, por oportuno, que **a Ré entendeu ter o sinistro causado somente invalidez parcial no Autor, pelo que liberou somente uma pequena parcela do valor pago a título de seguro DPVAT**, o que é absurdo, já que o Laudo Médico é expresso ao concluir que o sinistrado encontra-se definitivamente incapacitado para qualquer atividade laboral, oriunda da debilidade permanente, motivo pelo qual deveria ter logrado o valor total do seguro DPVAT.

DEMOSTRATIVO DO DEBITO

NOME DO BENEFICIÁRIO:	DAVI PAULO FERREIRA
DATA DO RECEBIMENTO:	29/03/2018
VALOR ESTABELECIDO NA LEI 11.482/2007:	13.500,00
VALOR RECEBIDO:	843,75
CRÉDITO DEVIDO:	12.656,25

Percebe-se, portanto, que a indenização ofertada pela Seguradora/Demandada, não corresponde ao valor correto, restando ainda, um saldo credor em favor do Promovente no valor de **R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte cinco centavos)**.

Não se pode admitir que a Seguradora/Demandada, logre enriquecimento ilícito em face do Promovente, disponibilizando uma indenização cujo valor não corresponde à totalidade do devido, principalmente diante da deficiência física do mesmo.

02 – DO DIREITO

O Seguro Obrigatório DPVAT trata-se de seguro instituído pela lei 6.194 de 19 (dezenove) de setembro de 1974 (mil novecentos e setenta e quatro), que tem o fim social de prover às vítimas de acidente de trânsito que ficam permanentemente inválidas, o mínimo de conforto, através de indenização que deve ser apurado levando em consideração o grau de invalidez pelo beneficiário apresentado.

A lei 6.194/74 assim dispõe:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

O entendimento de que a indenização do seguro obrigatório DPVAT deve ser repassada em conformidade com o grau de invalidez pelo beneficiário apresentado é pacífico, sendo recorrentes as decisões emanadas dos Tribunais no sentido de que a indenização a ser repassada deve guardar proporcionalidade ao grau de invalidez apurado em perícia judicial para que possa ser repassada, como abaixo se verifica:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ACIDENTE DE TRÂNSITO - ALEGAÇÃO DE QUITAÇÃO PLENA - AFASTAMENTO - PAGAMENTO PARCIAL NÃO OBSTA O PLEITO JUDICIAL DO TOTAL DEVIDO -- GRAU DA LESÃO NÃO APURADO NOS AUTOS - INDENIZAÇÃO QUE, NOS TERMOS DO ENTENDIMENTO DO STJ, DEVE SER PROPORCIONAL AOS DANOS APRESENTADOS - PROVA PERICIAL INDISPENSÁVEL - SENTENÇA CASSADA - BAIXA DOS AUTOS PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA COMPLEMENTAR - NECESSIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DO GRAU DA LESÃO - RECURSO PROVIDO POR UNANIMIDADE.DPVAT1. "Nas hipóteses de invalidez permanente anteriores à Lei nº 11945/09, a indenização do seguro DPVAT deverá ser proporcional ao grau do dano sofrido, cuja mensuração carecerá de exame realizado perante o Instituto Médico Legal, ou, em sua ausência, através de perito indicado pelo juízo." (IncUnifJur nº 547270-2/01 16/02/2011).11945DPVAT2. Apelação Cível conhecida e provida. (7595606 PR 0759560-6, Relator: José Laurindo de Souza Netto, Data de Julgamento: 28/04/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 628)

A passividade do tema, inclusive, levou o Superior Tribunal de Justiça a editar a súmula 474, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 19 (dezenove) de junho de 2012 (dois mil e doze), com o seguinte enunciado:

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

O laudo médico anexado à Inicial individualiza pontualmente a invalidez apresentada pelo aqui suplicante, que, após ser vítima do acidente descrito, acima jamais tornou a exercer suas atividades, ficando permanentemente incapacitado.

O grau de invalidez atribuído pela seguradora ré ao autor quando da liquidação do sinistro nem de longe corresponde à invalidez pelo mesmo apresentado, tendo sido o valor da indenização repassada inferior ao legalmente previsto.

03 – DA COMPETENCIA TERRITORIAL

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará já firmou entendimento de que o Autor pode escolher o local de propositura da ação, vejamos:

Relator(a): JUCID PEIXOTO DO AMARAL

Comarca: Fortaleza

Órgão julgador: 6ª Câmara Cível

Data de registro: **16/10/2012**

Ementa: AGRAVO INSTRUMENTO. INCOMPETÊNCIA SUSCITADA DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA RELATIVA. DPVAT. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE ESTADUAL DE JUSTIÇA. 1. A Súmula protocolizada sob o n.º 33, do Superior Tribunal de Justiça, proíbe que a incompetência relativa seja declarada de ofício. 2. O confronto dos dispositivos entabulados nos arts. 94 e 100, do CPC, permite pontificar que, nestes casos - cobrança de seguro DPVAT, sem dúvida de natureza pessoal e com previsão em lei -, **o autor pode ajuizar a ação No foro de seu domicílio, no do local do acidente e, ainda, como terceira opção, no foro do domicílio do réu**, conforme tem decidido o colendo

Fortaleza / Ceará

Rua Vicente Nogueira Braga, 214, Sala - 601

CEP: 60.040-570 - Bairro de Fátima

contato@fabiomonteiroadvocacia.com.br

www.fabiomonteiroadvocacia.com.br

(85) 3104.1710 / 99660.3558 / 98588.7757

Pará

Maranhão

Superior Tribunal de Justiça e este Egrégio Tribunal. 3. Reconhecida a competência da 13ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza para processar e julgar o feito originário. 4. Recurso conhecido e provido. 5. Decisão agravada reformada. **(grifo nosso)**.

O Superior Tribunal de Justiça já pacificou na Súmula 540 seu entendimento de que o Autor pode escolher o local de propositura da ação, vejamos:

Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu. (REsp. 1.357.813).

04 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA RÉ

A responsabilidade pelo pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT pago parcialmente, por invalidez de vítima causada por veículo automotor de via terrestre, é da seguradora que efetuou pagamento parcial, ou de qualquer uma que pertença ao Consórcio, existindo, inclusive enunciado e jurisprudência nesse sentido:

“Enunciado 26: O Beneficiário do seguro Obrigatório (DPVAT) pode postular de qualquer seguradora integrante do convênio (resolução SUSEP–CNSP n.º 56/2001) o complemento de indenização paga a menor, ainda que o pagamento anterior tenha sido efetuada por seguradora diversa–Turma Recursal–TJPR”. No mesmo sentido o STJ: “SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Procedente. Recurso conhecido e provido. (REsp. 401.418/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR< QUARTA TURMA< julgado em 23.04.2002.. DJ 10.06.2002. p. 220).”

05 – DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL

A produção de prova pericial é indispensável, uma vez que a **invalidez permanente do caso em apreço é patente e fora reconhecida por médico da Seguradora/Requerida que com base na sua avaliação**, realizou o pagamento, embora a menor, do valor do prêmio, conforme laudo em anexo.

No caso em tela, há a chamada preclusão lógica, visto que a **Requerida reconhece a invalidez, tornando-a matéria incontroversa**.

O ponto nevrálgico encontra-se no momento em que, na seara administrativa, de posse do laudo médico pericial, **reconhecida a configuração dos pressupostos necessários à liquidação do prêmio**, a Requerida efetua o pagamento da indenização conforme lhe convenha, fugindo aos preceitos do bom direito.

Vale ressaltar, que a perícia médica administrativa realizada para apurar o grau de invalidez do sinistrado foi feita por médico perito contratado pela seguradora demanda, ou seja, PARCIAL.

Portanto, necessária se faz a realização de uma perícia médica IMPARCIAL, por médicos peritos a serem indicados pelo MM. Juiz, facultando ainda as partes nomearem assistentes.

06 – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Por diversas vezes foram realizadas centenas de audiências de conciliação em casos semelhantes ao do presente feito, ou seja, ações de cobrança de seguro DPVAT; não se tendo obtido sequer uma única conciliação.

Diante da presente realidade, a realização de audiência de conciliação ou mediação, sem ser precedida de perícia médica neste tipo de ação torna-se totalmente inócua, além é claro do desperdício de tempo e de material empregado para a feitura destes atos processuais.

Portanto, para que se obtenha êxito nas audiências de conciliação ou mediação se faz necessária à **realização PRÉVIA de uma perícia médica**, a fim de apurar o grau de invalidez permanente e consequentemente o percentual indenizatório devido.

07 – DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Os juros moratórios no percentual de 1% (um por cento) a.m., devem ser contados a partir da citação, **súmula 426 do STJ**.

No tocante a correção monetária O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento na **súmula 43**, de que a incidência da correção monetária nos débitos decorrentes de indenização de seguro obrigatório (DPVAT) tem como termo inicial a data do sinistro.

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO [DPVAT](#). CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL.

01 - Na ação de cobrança de indenização do seguro [DPVAT](#) o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso.

02 - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 46024 PR 2011/0149361-7; Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEITA TURMA, DJ 12/03/2012) (grifo nosso).

08 – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, considerando os argumentos fáticos e jurídicos inferidos acima, requer o Autor que V.Exa. se digne a adotar as seguintes providências:

a) Deferir o pedido de **Justiça Gratuita**;

b) Requer que Vossa Excelência se declare competente para conhecer, processar e julgar a lide;

c) Seja a presente ação processada pelo **procedimento comum**, conforme dispõe o art. 318 do NCPC;

d) Determinar a citação da Seguradora/Demandada, no endereço constante no cabeçalho desta, para responder aos termos da presente, sob pena de aplicação dos efeitos da revelia e confissão ficta, conforme dispõe o art. 344 do NCPC;

e) Caso entenda necessário, requer a exibição do processo administrativo na forma do artigo 396 NCPC;

f) Que seja designada a realização de perícia médica por profissional a ser indicado pelo MM. Juiz ou pelo IML, facultando as partes nomearem assistentes para aferição do grau da lesão do autor, com os seguintes quesitos:

- Se em razão do acidente de trânsito ocorrido, a parte autora restou incapacitada;
- Se a incapacidade é Temporária ou Definitiva;
- Se a incapacidade é Parcial ou Total;
- Caso seja parcial, se é Parcial Completa ou Incompleta;
- Informar o grau de invalidez, tomando-se por base a tabela constante do anexo da Lei 6194/1974, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

g) Caso Vossa Excelência designe a realização do exame médico pericial em favor do autor, que oficie-se o Instituto Médico Legal (IML) mais próximo do município da residência autor, fazendo assim com que o mesmo compareça para a realização do exame pericial, quais sejam:

- Fortaleza (Capital);
- Sobral (Região Norte);
- Juazeiro do Norte (Região Sul);
- Quixeramobim (Região Central);
- Canindé (Região dos Sertões);
- Iguatu (Região Centro-sul);
- Tauá (Região dos Inhamuns-sul).

h) Designar audiência de **CONCILIAÇÃO** posteriormente à realização do exame médico pericial com antecedência máxima de trintas dias, em total respeito à norma contida no artigo 334 do NCPC;

i) Requer a **PROCEDENCIA da ação**, condenando à promovida ao pagamento do **TETO DA TABELA DO SEGURO DPVAT** no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

j) **SUBSIDIARIAMENTE**, caso o entendimento de Vossa Excelência, não seja pela aplicação do TETO DA TABELA do seguro DPVAT, que a Seguradora seja condenada ao pagamento da diferença, no

valor de **R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte cinco centavos)** conforme enquadramento na tabela do demonstrativo do débito, com correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês desde a citação e correção monetária a contar da data do evento danoso.

k) Custas e despesas processuais se houverem a serem pagas pela parte ré;

l) Que a Ré seja condenada ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Fortaleza, 28 de abril de 2018.

FÁBIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS
OAB/CE nº 23.73

Fábio Monteiro

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Nome: Davi Paulo Ferreira	Data Nasc: 23.10.1992
Estado Civil: solteiro	Profissão: autônomo
RG: 20076320680	CPF: 606.387.073-31
Endereço: Vila Sabia, 132 Sítio Sabia	Nacionalidade: Brasileiro
Cidade: Juazeiro do Norte	Telefone: 3572-8095
	CEP: 63000000

OUTORGADO: FÁBIO MONTEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ: 26.611.241/0001-60, OAB/CE nº 1362, situada na Rua Vicente Nogueira Braga, nº 214, sala 601, Bairro de Fátima, Fortaleza/CE, CEP: 60.040-570, Fone: (85) 3104-1710 / 99660-3558 / 99588-7757 representada por FÁBIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/CE de nº 23.738.

PODERES: Concede amplos poderes com os da cláusula "AD JUDICIA" para o foro em geral, para ajuizamento de medida judicial aplicável para cobrar a diferença do Seguro DPVAT, acompanhando-a em todos os seus termos até o final, agravar ou apelar de qualquer despacho ou sentença, fazer e assinar requerimentos e os documentos necessários, produzir provas e justificações, transigir, **acordar**, endossar, desistir, **renunciar** ao direito em que se funda a ação, receber e dar quitação a pagamentos, **receber e fazer levantamentos de alvarás**, finalmente tudo mais fazer, para o completo desempenho deste mandato, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de iguais poderes.

DECLARAÇÃO: O (a) outorgante declara que não tem condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio e da família, necessitando, portanto, dos benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei 1.060/50.

J. do Norte, 03 de Abril de 2018.

x Davi Paulo Ferreira.

OUTORGANTE

Fortaleza - Ceará
Rua Vicente Nogueira Braga, 214, Sala - 601
CEP: 60.040-570 - Bairro de Fátima
contato@fabio Monteiroadvocacia.com.br
www.fabio Monteiroadvocacia.com.br
Fone: (85) 3104-1710 / 99660-3558 / 99588-7757

Morandino

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFEGO
CARTILHA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
DAVI PAULO FERREIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
 20076320680 SSPDS CE

CPF
 606.387.073-31

DATA NASCIMENTO
 21/10/1992

FILIAÇÃO
 GONCALO FERREIRA DE SOUZA
 LUCIA MARIA PAULO FERREIRA

PERMISSÃO
 []

ACC
 []

CAT. NA
 AB

Nº REGISTRO
 05567674456

VALIDADE
 31/05/2022

1ª HABILITAÇÃO
 13/08/2012

OBSERVAÇÕES
 SEM OBSERVAÇÃO;

ASSINATURA DO PORTADOR
 Davi Paulo Ferreira

LOCAL
 JUAZEIRO DO NORTE, CE

DATA EMISSÃO
 02/06/2017

ASSINATURA DO EMISSOR
 [Assinatura]

CEARÁ

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 1488437720

PROIBIDO PLASTIFICAR
 1488437720

627367-0
Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.431 de 26 de abril de 2002.

Companhia Energética do Ceará
Rua Pedro Jacobino, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07.042.251/0001-70 | CGF 06.105.848-3

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 505313944
Data de Emissão 18/12/2017

Rota 1:2 13009 50 206000 - 9

Nome LUCIA MARIA PAULO FERREIRA

End. Pos al VL SABIA 00132

ST SABIA - JUAZEIRO DO NORTE - 63000000

Medidor 875382

Classe 04-RURAL MONOFASICO

RG/CP: / CNPJ 196056683-00

Nome do Responsável

Posto 0000 A44W

Fator da Potência 0,00

CGF

DATAS

Mês de Referência

Dez/2017

Data da Apresentação

18/12/2017

Previsão

Próxima Leitura

17/01/2018

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunta

Mês

Dez/2017

Padrão Individual

DICI = 0,00

DIC

FIC

DMIC

5,48

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

2,17

ICMS

Base de Cálculo (R\$)

ISENTO

Aliquota

0,00

Valor do Imposto

0,00

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

F364.7781.0000.17E8.4EC3.C898.766D.8758

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual

4458

Leit. Anterior

4356

Const.

1,00

Consumo (kWh)

104

Const. Incl.

0,00

Const. Fat.

104

Tarifa (R\$/kWh)

0,2049

Valor (R\$)

21,29

18/12/17

18/11/17

30 DIAS

104

43,59

VALOR (R\$)

40,59

0,74

3,00

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES

MULTA MORATORIA REF 09/2017

DOACAO APAE - TEL 0800-095-0703 12/12

ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 4,17)

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia 19,08
Transmissão 1,91
Distribuição 12,98
Encargos Setoriais 4,48
Tributos (TOM, PIS, COFINS) 2,15
TOTAL 40,59

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
95	104	96	83	98	74	100	83	101	124	100	84	102			

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica

Emitido kg (CO₂)

44,95

Compensado kg (CO₂)

0,00

Consciência Ecológica (%CO₂)

0,00

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VERGAMENTOS

PARA CANCELAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZE

SEU NÚMERO DE CLIENTE SEQUENCIAL DE DÉBITO AUTOMÁTICO

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

17/01/2018

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Davi Paulo FerreiraRG nº 20076320630, data de expedição / / , Órgão

CPF nº 606.387.073-31, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Vila Sabia</u>
Número	<u>132</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Sítio Sabia</u>
Cidade	<u>Juazeiro do Norte</u>
Estado	<u>Ceará</u>
CEP	<u>63000 000</u>
Telefone de contato	<u>3572 - 8095</u>
E-mail	<u>amersoniabernu@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data:

J. do Norte 03.04.2018

Assinatura do Declarante: x Davi Paulo Ferreira

SINISTRO 3180062754 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** DAVI PAULO FERREIRA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO**

Sabemi Seguradora S/A-Filial Fortaleza-CE

BENEFICIÁRIO DAVI PAULO FERREIRA**CPF/CNPJ:** 60638707331**Posição em 25-04-2018 16:33:39**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento na conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
29/03/2018	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 75 / 2018

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **03/01/2018 08:24:36**
Data / Hora da Ocorrência: **25/11/2017 14:00:00**
Endereço da Ocorrência: **SÍTIO BREJO SECO**
Complemento: **PROX A UM CAMPO SOCIETY**
Bairro: **ZONA RURAL** Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**
Ponto de Referência: **ESTRADA QUE LIGA JAUZEIRO E MISSAO VELHA**

Noticiante(s)

Nome: **DAVI PAULO FERREIRA**
Nascimento: **21/10/1992** CPF: **606.387.073-31**
RG: **20076320680** Orgão Emissor: **SSPDS** UF: **CE**
Filiação: **LUCIA MARIA PAULO FERREIRA**
GONÇALO FERREIRA DE SOUZA
Endereço: **VILA SABIA, 132** CEP:
Bairro: **SÍTIO SABIA**
Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**
País: **BRASIL** Telefone: **(88) 98886-4164**

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: **PNT5491** Uf: **CE** Município: **JUAZEIRO DO NORTE** Chassi: **9C2KD100GHR012213** Renavam: **1112474886** Tipo do Veículo: **MOTOCICLETA** Marca / Modelo: **HONDA/NXR 160 BROS** Ano: **2017** Ano Modelo: **2017** Combustível: **GASOLINA** Cor: **BRANCA** Proprietário: **GONCALO FERREIRA DE SOUZA** Situação: **NÃO INFORMADO** Envolvimento: **COLISAO**

Histórico

Advertido (a) das penalidades previstas para os arts. 229, 304, 339 e 340, todos do CP, notícia que, na data, hora e local, acima informados, trafegava pilotando o veículo acima qualificado. Ocorre que, um carro (Palio Vermelho, não sabe mais detalhes) que vinha na mesma via, não sinalizou e entrou na sua frente para entrar em uma rua secundária, fazendo com que o declarante colidisse e perdesse o controle, caindo de sua moto; QUE em virtude do sinistro o noticiante DAVI PAULO FERREIRA (que conduzia a moto) sofreu FERIMENTOS TENDO FEITO SUTURAS INTERNAS E EXTERNAS conforme ficha de atendimento anexa, sendo socorrido pelo tio do motorista causador do acidente para a UPA 24H; QUE não havia ninguém em sua garupa; QUE com relação ao veículo causador do acidente, o motorista prestou assistência, mas não sabe sua identificação; QUE está fazendo este boletim apenas para fins de seguro DPVAT, não representando, portanto, pela apuração em relação ao crime de lesão corporal culposa no trânsito (art. 303 do CTB); QUE está recebendo a Guia de exame de corpo de delito para se submeter a exame na PEFOCE tendo em vista requerer o seguro DPVAT; QUE está sendo orientado (a) que precisa pagar a taxa devida à PEFOCE para a realização do exame de corpo de delito. Fora cientificado (a) de que todas as informações prestadas neste registro são de responsabilidade do (a) declarante; ANEXA: CHN DO CONDUTOR, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA, CRLV DO VEICULO, FICHA DE

Davi Paulo Ferreira

DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

Pág. 1 de 2

Impresso em: 03/01/2018 08:44:05

**UPA 24h Limoeiro**

Endereço: RUA CAPITÃO DOMINGOS, S/N
Cidade...: JUAZEIRO DO NORTE
E-mail...:

fls. 15
282811

CNPJ: 19.622.700/0001-46
Telefone: (088) 3512-2373

Ficha de Atendimento

Data: 25/11/2017
Hora: 14:07

Data de Saida:
Hora de Saida:

Paciente

Nome: 45139 DAVI PAULO FERREIRA
Responsável DAVI PAULO FERREIRA

Nasc: 21/10/1992 Idade: 25

Mãe: LUCIA MARIA PAULO FERREIRA

Telefone (88) 8886-4164 Celular (88)

Endereço: VL SABIA, 132, SITIO SABIA - JUAZEIRO DO NORTE/CE

CEP: 63.000-000 Natural: JUAZEIRO DO

Documento

Mat/CNS:

Doc. Identidade 20076320680

Guia

Autorização

Trabalho:

Validade da Carteira

Ultimo Pagto:

Convênio

Convênio SUS

Cod. de Credenciamento

Tipo de Atendimento 2

Queixas do Paciente

PACIENTE 25 ANOS. VITIMA DE QUEDA DE MOTO APRESENTANDO LESÕES EXTENSA COM LACERAÇÃO EM COTOVELO DIREITO ANTERIOR COM LIMITAÇÃO DA DINÂMICA DO MSD PPTE O DA EXTENSÃO ASSOCIADO A TRAUMA CONTUSIVO EM QUADRIL DIREITO QUE DIFICULTA A DEAMBUÇÃO

Antecedentes Médicos**Exame Físico**

CLINICO

Exames Complementares

CLINICO E ANAMNESE

Conclusão Diagnóstica

CID-10

S510

FERIMENTOS

FRATURA DESCARTADA

Tratamento

SOLICITO EXAMES DE IMAGENS(RAIOS X DE COTOVELO COM ANTEBRAÇO PROXIMAL DIREITO E RAO X DE QUADRIL DOREITO
VAT
SUTURAS INTERMNAS E EXTERNAS
SF0,9% 500ML EV
DIPIRONA 01 AMPCLA + 18ML DE AD EV
VOLTAREN 01 AMPOLA IM
ATBTERAPIA PARA CASA

João de Souza Leite
Médico

CREME 10.173



UPA 24h Limoeiro

Endereço: RUA CAPITÃO DOMINGOS, S/N

Cidade...: JUAZEIRO DO NORTE

E-mail...:

282811

fls. 16

CNPJ: 19.622.700/0001-12

Telefone: (088) 3512-3478

Ficha de Atendimento

Data: 25/11/2017

Hora: 14:07

Data de Saída:

Hora de Saída:

JOAO DE SOUSA LEITE
CRM: 10173 / CE

Diretor Médico



Prefeitura Municipal De Juazeiro Do Norte

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

SUS/CE

JUAZEIRO DO NORTE - CE

RECEITUÁRIO

Examinado em

Examinado em 10/05/2018

Transmissão para o SUS/CE

com o número 0006644-42.2018.8.06.0112

14/05/18

FISIOCLINIC

DECLARAÇÃO

DECLARO PARA DEVIDOS FINS QUE O PACIENTE DAVI PAULO FERREIRA REALIZOU FISIOTERAPIA MOTORA PARA TRATAMENTO DE SUTURA NO COTOVELO, NOS DIAS DE QUARTA-FEIRA, QUINTA-FEIRA E SEXTA -FEIRA, TOTALIZANDO 10 SESSÕES.

JUAZEIRO DO NORTE 19/02/2018


Dra. Rachell de Menezes Pinheiro
FISIOTERAPEUTA
CREFITO 142.486-F

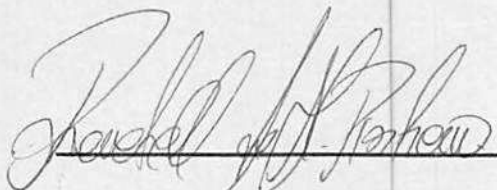
Rachell de Menezes Pinheiro

FISIOCLINIC

DECLARAÇÃO

DECLARO PARA DEVIDOS FINS QUE O PACIENTE DAVI PAULO FERREIRA REALIZOU FISIOTERAPIA MOTORA PARA REABILITAÇÃO DE SEQUELA NO COTOVELO DIREITO. DEU ENTRADA NA FISIOTERAPIA AMBULATORIAL COM ADM DE COTOVELO DIMINUIDA EM TODOS OS MOVIMENTO (FLEXÃO, EXTENSÃO, PRONAÇÃO E SUPINAÇÃO), APRESENTANDO ADERENCIA NA CICATRIZ ACOMPANHADA DE DORMENCIA.

JUAZEIRO DO NORT01/03/2018



Rachell de Menezes Pinheiro

Dra. Rachell de Menezes Pinheiro
FISIOTERAPEUTA
CREFITO 142.486-F



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (85) 3571-8567, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.3civel@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0006644-42.2018.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Davi Paulo Ferreira**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Defiro a gratuidade judiciária.

Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, com fundamento no art. 334, § 4º, II do CPC, tendo em vista que as demandas desta natureza não comportam autocomposição antes da realização de perícia médica.

Cite-se a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT pelo portal eletrônico do e-SAJ para, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei nº. 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente. Determino, outrossim, a intimação da requerida para, no mesmo lapso temporal, juntar aos autos a cópia do processo administrativo relativo ao fato descrito na inicial.

Exp. Nec.

Juazeiro do Norte (CE), 23 de julho de 2018.

Djalma Sobreira Dantas Junior

Juiz de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os **documentos produzidos eletronicamente** e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (85) 3571-8567, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.3civel@tjce.jus.br Juazeiro do Norte

CARTA DE CITAÇÃO ON-LINE

Processo nº: **0006644-42.2018.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Davi Paulo Ferreira e outro**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Senhor(a) Representante Legal do(a)

A presente carta, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Djalma Sobreira Dantas Junior**, Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. Para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da citação por meio eletrônico, na forma do art. 5º da Lei 11.419/2006, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte requerente.

Juazeiro do Norte/CE, 02 de agosto de 2018.

Djalma Sobreira Dantas Junior
Juiz de Direito

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (85) 3571-8567, Juazeiro do Norte-CE
- E-mail: juazeiro.3civel@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0006644-42.2018.8.06.0112**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Davi Paulo Ferreira**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

R. H.

Informações indicam que houve problemas no sistema de citação eletrônica para a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT em vários processos em tramitação nesta Vara, não se concretizando a citação on-line retro, **renove-se** a citação da parte requerida desta vez por Carta de Citação com aviso de recebimento.

Expedientes necessários.

Juazeiro do Norte, 15 de maio de 2019.

Renato Esmeraldo Paes

Juiz de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (85) 3571-8567, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.3civel@tjce.jus.br Juazeiro do Norte

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: **0006644-42.2018.8.06.0112**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Davi Paulo Ferreira**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**
 Senha do processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada**

Prezado(a) Senhor(a) **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr(a). Renato Esmeraldo Paes**, Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. de todo o conteúdo da petição inicial e documentos, os quais poderão ser consultados no sistema processual e-SAJ por meio de senha de acesso aos autos digitais (conforme cabeçalho), sendo parte integrante desta carta, para compor a lide e contestar a presente sob pena de revelia e confissão, ficando advertida de que, não sendo contestada a ação, no prazo legal de **15 (quinze) dias**, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte(s) autora(s), ficando ciente de que o mencionado prazo começará a fluir da juntada aos autos do aviso de recebimento.

OBSERVAÇÃO:

- Expediente emitido conforme art. 3º, do provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça, de 10 de janeiro de 2019.

Juazeiro do Norte/CE, 02 de agosto de 2019.

PAULO GENTIL SULIANO BRITO

Auxiliar Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a). Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
 Rua Senador Dantas, 74, Centro
 Rio De Janeiro-RJ
 CEP 20031-205

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.